

Brasil difere do México *ainda* pela inflação *set*

A próxima renegociação da dívida externa do México com os bancos credores seguramente terá influência sobre a renegociação brasileira, mas não há indicações concretas de que as condições — prazos e encargos financeiros — serão idênticas para os dois países, segundo comentário de representante de grande banco estrangeiro, um dos maiores credores do país.

Para ele, o progresso do ajuste econômico do México é evidente, mas o Brasil, embora já venha conseguindo resultados satisfatórios, ainda enfrenta o peso de uma inflação de 235%. Ele se indaga como o País quer crescer com uma inflação, nesse patamar. Dá a entender que os banqueiros já indagaram das autoridades econômicas sobre um tratamento de choque para fazer declinar a inflação. Galvéas e Delfim teriam argumentado que a economia brasileira não pode ser desindexada sem um forte apoio político o significado exato desse apoio político teria sido questionado por alguns banqueiros.

O que se pode dizer, segundo esse representante de grande banco estrangeiro, é que sem dúvida o Brasil obterá melhores condições no próximo reescalonamento da dívida externa. Em termos de prazo, no próximo reescalonamento da dívida externa termos de prazo conseguir mais de dez anos, talvez doze com seis ou sete anos de carência, para o pagamento do principal. O pagamento do juro que tem que ser integral. Poderá haver uma redução de 50% dos encargos financeiros adicionais, com o spread (taxa de risco) declinando para 1%, a taxa de abertura de crédito para 0,5% e a taxa de compromisso para 0,25%.

Para o professor Luciano Coutinho, presidente do Conselho Regional de Economia de São Paulo, as taxas de juros internacionais vão subir ainda mais, e os bancos credores tentarão aliviar essa situação reduzindo substancialmente os encargos adicionais cobrados na renegociação. Segundo Coutinho, será também importante um reescalonamento maior, envolvendo dívidas a vencer nos próximos anos, porque com isso o País evitará a fuga progressiva dos pequenos e médios bancos do esquema. Lembra Luciano Coutinho que existe uma grande concentração de pagamento do principal justamente em 1987, 1988 e 1989. Também para o professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, os bancos vão entregar os dedos para não perder os braços. Na sua opinião, o Brasil nem deveria iniciar negociações se for apenas para reduzir spread (taxa de risco), porque isso não tira o País da condição de insolvência nem o ajuda a retomar a atividade econômica. Munhoz entende que o Brasil deve continuar insistindo por uma taxa de juros fixa, em torno de 7%, além de garantir abertura de mercado para suas exportações.

Dércio Munhoz entende que a proposta apenas de redução dos encargos adicionais da renegociação tem algo de muito mau: cria embaraços à tomada de consciência interna, agrava as dificuldades internas e põe em risco maior os créditos dos bancos.

O professor Luciano Coutinho reconhece problemas legais para que os bancos credores aceitem opções propostas por alguns devedores, já que a legislação bancária teria ser alterada. A capitalização de juros, por exemplo, criaria problemas internos aos bancos, porque setores do país do banco credor também passariam a exigir o mesmo tratamento.

12 JUN 1984

ESTADO DE SÃO PAULO